

Margem Companhia de Mineração

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Para versão digital deste balanço acesse o link:

https://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/anunciante/margem-companhia-de-mineracao/

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)							
Ativos	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivos	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	287.472	53.511	Fornecedores	14	45.633	82.091
Instrumentos derivativos	25	37.982	-	Empréstimos e financiamentos	15	246.784	140.086
Contas a receber	9	44.029	81.026	Instrumentos derivativos	25	-	11.421
Estoques	10	51.863	87.052	Salários e encargos sociais		9.126	5.573
Impostos a recuperar	11	9.943	16.349	Impostos a recolher	16	29.962	38.704
Outras contas a receber		10.583	9.883	Adiantamentos de clientes		1.629	415
				Arrendamento mercantil	13	3.533	5.841
				Dividendos a pagar	18	7.343	-
				Outras contas a pagar	17	10.345	33.872
Total do ativo circulante		441.872	247.821	Total do passivo circulante		354.355	318.003
				Não circulante			
				Empréstimos e financiamentos	15	358.139	191.782
				Arrendamento mercantil	13	3.979	1.232
				Impostos a recolher	16	169.687	181.569
Impostos a recuperar	11	41.350	34.407	Outras contas a pagar	17	54	50
Outras contas a receber		4.862	4.861	Impostos diferidos	22	32.758	20.093
				Provisão para contingências	24	16.372	15.102
Total do realizável a longo prazo		46.212	39.268	Total do passivo não circulante		580.989	409.828
				Total do passivo		935.344	727.831
Direito de uso dos ativos	13	6.534	6.260	Patrimônio líquido	18		
Imobilizado	12	1.019.864	990.765	Capital social		421.419	421.419
Intangível		3.591	4.266	Ajuste de avaliação patrimonial		115.358	116.681
				Reserva legal		6.404	4.928
				Reservas de lucros		39.548	17.521
		1.029.989	1.001.291				
				Total patrimônio líquido		582.729	560.549
Total do ativo não circulante		1.076.201	1.040.559				
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.518.073	1.288.380
		1.518.073	1.288.380				
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							

Demonstrações das mutaões do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)						
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	Nota	421.419	117.938	4.070	41.432	584.859
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.120	17.120
Constituição reserva legal		-	-	856	(856)	-
Distribuição dividendos		-	-	-	(41.432)	(41.432)
Realização do custo atribuído		-	(1.257)	-	1.257	-
Em 31 de dezembro de 2023		421.419	116.681	4.926	17.521	560.547
Lucro líquido do exercício		-	-	-	29.525	29.525
Constituição reserva legal	18.4	-	-	1.476	(1.476)	-
Dividendos propostos à distribuição	18.5	-	-	-	(7.343)	(7.343)
Realização do custo atribuído	18.3	-	(1.323)	-	1.323	-
Em 31 de dezembro de 2024		421.419	115.358	6.402	39.548	582.729
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.						

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	19	596.680	509.045
Custo das vendas	20	(395.701)	(353.276)
Lucro bruto		200.979	155.769
Despesas administrativas	20	(21.191)	(16.724)
Despesas comerciais	20	(73.486)	(64.842)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(590)	(279)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	20	(87)	(153)
Lucro operacional		105.625	73.771
Despesas financeiras	21	(113.698)	(66.620)
Receitas financeiras	21	52.841	18.859
Despesas financeiras, líquidas		(60.857)	(47.761)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		44.768	26.010
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	22.b	(2.578)	-
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	22.b	(12.665)	(8.890)
Lucro líquido do período		29.525	17.120
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional
A Companhia tem como objeto social a fabricação de cimento e a extração de calcário, atuando predominantemente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Sua operação envolve o fornecimento desses insumos tanto para clientes externos quanto para sua controladora, Supremo Cimentos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo, com um excedente de ativos circulantes sobre passivos circulantes no

montante de R\$ 94.860 (contra um capital circulante líquido negativo de R\$ 70.182 em 31 de dezembro de 2023). Esse aumento reflete principalmente a captação de novos empréstimos ao longo do ano, incluindo a emissão de uma debênture no valor de R\$ 250.000 e o incremento da geração de caixa operacional ao longo do exercício de 2024. A captação da debênture foi um marco estratégico para a Companhia, permitindo o alongamento do perfil de endividamento e a substituição de vencimentos de curto prazo por passivos de longo prazo, fortalecendo sua estrutura financeira. Paralelamente, a recuperação operacional, com aumento da produção, vendas e geração de resultado operacional, possibilitou uma maior geração de caixa interna. Adicionalmente, destaca-se que o ativo circulante da Companhia apresenta um prazo

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		29.525	17.120
Valor residual de imobilizado baixado	12	4.003	1.834
Ativos Intangíveis		1.544	-
Provisão para contingências	24	1.270	2.400
Depreciação e exaustão	12	65.859	59.092
Amortização de ativos intangíveis		1.325	1.175
Depreciação dos ativos de direito de uso	13	6.168	5.574
Juros incorridos	15 e 13	31.336	23.540
Outras despesas financeiras	21	21.959	20.070
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	15	56.232	(7.746)
Variação dos contratos de instrumentos financeiros derivativos	25	(41.800)	22.981
Provisão para perdas de estoques	10	1.382	1.992
Provisão de perda esperada para crédito liquidação duvidosa	9	589	279
Despesas de imposto de renda e contribuição social		12.665	8.890
		192.057	157.201
Variação em			
Contas a receber de clientes		36.407	(37.480)
Estoques		33.821	(11.374)
Impostos a recuperar		(537)	(633)
Outros ativos		(703)	1.282
Fornecedores		(32.637)	3.067
Salários e encargos sociais		3.553	467
Impostos a recolher		(40.005)	5.083
Outras contas a pagar		(12.823)	(30.117)
Adiantamentos de clientes		3.124	103
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
		182.257	87.599
Juros pagos	15	(30.882)	(22.329)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.578)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais			
		148.797	65.270
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	12	(92.287)	(62.004)
Aquisição de ativo intangível		(650)	(4.540)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento			
		(92.937)	(66.544)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de dividendos	18	-	(41.432)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	25	(14.111)	(16.288)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	25	5.627	-
Empréstimos e financiamentos tomados	15	352.905	131.039
Pagamentos de arrendamento mercantil principal	13	(8.759)	(8.307)
Pagamentos de empréstimos	15	(157.561)	(65.351)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento			
		178.101	(339)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
		233.961	(1.613)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	53.511	55.124
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	287.472	53.511
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
		233.961	(1.613)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
		31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período			
		29.525	17.120
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total			
		29.525	17.120
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

médio de recebimento entre 30 e 45 dias, enquanto o passivo circulante reflete as obrigações financeiras de curto prazo, incluindo vencimentos de financiamentos dentro do período de 12 meses. A melhora no capital circulante líquido demonstra um equilíbrio financeiro mais favorável, garantindo maior previsibilidade e flexibilidade para a execução da estratégia da companhia em 2025. Ao longo do exercício, a gestão da estrutura de capital manteve-se focada na redução da pressão de vencimentos de curto prazo, no fortalecimento da posição financeira e na otimização do perfil de liquidez, de modo a garantir maior previsibilidade e estabilidade financeira no suporte às operações da companhia.

2. Base de preparação
Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do

CPC)
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 17 de março de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar tais demonstrações financeiras.
Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Mudança de práticas contábeis
Uma série de novas normas contábeis entraram em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, as quais estão descritas abaixo:
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas – Alterações ao CPC 26;
Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26;
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06;
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03 e CPC 40.
A Companhia avaliou as novas normas em vigor e considerou as mesmas durante a preparação das demonstrações contábeis, não havendo impactos contábeis.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamento
Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.
As informações sobre julgamentos na aplicação de políticas contábeis, bem como sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 9 – mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber de clientes;
Nota explicativa 12 – vidas úteis e valor residual do ativo imobilizado
Nota explicativa 13 – direitos de uso
Nota explicativa 22 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
Nota explicativa 24 – reconhecimento e mensuração de provisões para litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e
Nota explicativa 25 – determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

6. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

7. Políticas contábeis materiais
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

7.1 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

7.2 Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calçário, cimento e concreto no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano.
As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou imparidade).

7.3 Instrumentos financeiros
I. Reconhecimento e mensuração inicial
O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

II. Classificação e mensuração subsequente
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio
A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:
As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.
Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho

avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros
Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.
A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:
Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o época dos fluxos de caixa;
Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).
O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

III. Desreconhecimento
Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
Se a Companhia realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.
No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

IV. Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

V. Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia possui contratos indexados em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumentos financeiros para proteção cambial.

7.4 Estoques
Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.
O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal).

7.5 Imobilizado
I. Reconhecimento e mensuração
Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos e jazidas minerais na data de transição para adoção dos CPCs/IFRS. O custo histórico inclui os custos com financiamento relacionados com a construção de edificações, custos com obtenção de autorizações de operação junto aos órgãos ambientais e gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.
A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.
Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina.
Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil econômica estimada que reflète a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

II. Custos subsequentes
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

III. Depreciação
Os terrenos não são depreciados. A amortização da jazida e do custo com o seu decapeamento são feitas em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis econômicas, que é estimada, para os dois exercícios apresentados, como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 a 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa

desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigirão a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

7.6 Intangível
Compreende custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

7.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques
Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver início de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

7.8 Provisões para perdas por impairment em ativos financeiros
Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos e mensurados de acordo com as normas contábeis aplicáveis. A classificação e a mensuração desses ativos seguem critérios estabelecidos com base no modelo de negócios da Companhia e nas características dos fluxos de caixa contratualmente definidos.
Os ativos financeiros são classificados na categoria de **"Mensurados ao custo amortizado"** que incluem instrumentos financeiros cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais, sendo esses fluxos unicamente pagamentos de principal e juros. A mensuração inicial dos ativos financeiros ocorre pelo valor justo, acrescido dos custos de transação, quando aplicável. A mensuração subsequente segue a classificação apropriada ao instrumento.

Perdas por Redução ao Valor Recuperável (Impairment)
A Companhia avalia periodicamente a necessidade de reconhecimento de perdas esperadas em ativos financeiros, utilizando modelos baseados na experiência histórica e em fatores prospectivos, em conformidade com as normas vigentes. Essa análise considera a probabilidade de inadimplência e as condições econômicas que possam impactar a capacidade de pagamento dos devedores.

Exposição ao Risco e Gestão de Riscos
Os principais riscos associados aos ativos financeiros incluem:
Risco de crédito: monitorado através de análises de solvência dos clientes e contrapartes.
Risco de mercado: relacionado à variação de taxas de juros e oscilações cambiais.
Risco de liquidez: gerenciado por meio de controles rigorosos de fluxo de caixa e diversificação de investimentos.

7.9 Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

7.10 Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.
Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço patrimonial.

7.11 Capital social
É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

7.12 Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

a) Venda de produtos
O reconhecimento da receita baseia-se na venda de produto, cimento e calçário. As vendas são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido para os clientes, o que acontece substancialmente quando os produtos são disponibilizados ao transportador, haja vista que as vendas são substancialmente FOB (Free on Board).

b) Prestação de serviços
As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando na prestação de serviço ao cliente.

c) Receita financeira
A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

7.13 Provisões
As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7.14 Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.
Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.15 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do

arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

7.16 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de sobras ou perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Otmar Hübscher Presidente	Carlos Manuel Guimarães Correia de Barros Conselheiro
Gian Lorenz Raffainer Conselheiro	

DIRETORIA

Paulo de Andrade Nascentes da Silva Diretor Presidente	Carlos Henrique de Souza Diretor Financeiro
Rodrigo Oliveira de Brito Diretor Comercial	Fabio Krzyzanowski Diretor de Operações
Contador	
Suzan Fernanda Humm Brehmer CRC SC 42221/O-2	

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes estão a disposição dos acionistas, de forma integral, na sede da Companhia.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas refere-se as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas integral e não as Demonstrações Financeiras Condensadas.

INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA CURITIBA – CLÍNICA MÉDICA S.A.
CNPJ nº 03.850.913/0001-95

Para versão digital deste balanço acesse o link:
<https://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/anunciante/instituto-de-hematologia-e-oncologia-curitiba-s-a/>

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)					
ATIVO	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	7.166	6.620	Fornecedores	23.262	15.097
Contas a receber de clientes	23.700	17.481	Obrigações sociais	647	771
Estoque	902	1.072	Obrigações tributárias	842	1.070
Outros ativos	2.175	1.362	Dividendos a pagar	527	1.773
Total do ativo circulante	<u>33.943</u>	<u>26.535</u>	Débitos com partes relacionadas	9	-
			Outros Passivos Circulante	86	1.078
NÃO CIRCULANTE			Passivos Arrendados	408	-
Impostos diferidos	300	-	Total do passivo circulante	<u>25.944</u>	<u>19.789</u>
Partes relacionadas	3.309	2	NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	3.478	4.252	Débitos com partes relacionadas	3.677	1.364
Depósito Judicial	38	-	Passivos Arrendados	221	-
Intangível	1.099	1.495	Total do passivo não circulante	<u>3.898</u>	<u>1.364</u>
Direito de Uso de Ativos Arrendados	499	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Total do ativo não circulante	<u>8.723</u>	<u>5.749</u>	Capital Social	7.603	2.940
			Reserva de lucros	4.522	7.603
TOTAL DO ATIVO	<u>42.666</u>	<u>32.284</u>	Reserva legal	699	588
			Total do Patrimônio Líquido	<u>12.824</u>	<u>11.131</u>
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>42.666</u>	<u>32.284</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reservas de Lucros	Resultado do	Total do	
	Subscrito	Reserva legal	Exercício	patrimônio líquido	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>2.940</u>	<u>588</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.402</u>
Resultado do exercício	-	-	7.092	7.092	-
Distribuição de dividendos	-	-	(1.773)	(1.773)	-
Constituição reserva legal	-	-	(6.590)	(6.590)	-
Constituição de reserva	-	-	5.319	(5.319)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>2.940</u>	<u>588</u>	<u>7.603</u>	<u>-</u>	<u>11.131</u>
Integralização de Capital	4.663	-	(4.663)	-	-
Resultado do exercício	-	-	2.221	2.221	-
Distribuição de dividendos	-	-	(528)	(528)	-
Constituição de reserva de lucro	-	-	1.582	(1.582)	-
Constituição reserva legal	-	111	(111)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>7.603</u>	<u>699</u>	<u>4.521</u>	<u>-</u>	<u>12.824</u>

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DAS NOTAS EXPLICATIVAS	
INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E ONCOLOGIA CURITIBA - CLÍNICA MÉDICA S.A. ("Companhia") Sociedade localizada na cidade de Curitiba, PR, que atua na área de Oncologia Clínica. A controladora final da Companhia é a Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. Esta última é representada pelo fundo Josephina	Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina") e o Josephina II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina II"). Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
GABINETE DO PREFEITO



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Curitiba, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA a população para participar das Consultas Públicas sobre a Proposta da Lei Orçamentárias Anual (LOA) para o Orçamento Municipal de 2026, conforme determina a Alínea “f” do inciso III do Art. 4º, e o Art. 44 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto das Cidades, e o Parágrafo Único do Art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. As Consultas e Debates serão realizados no período de 7 de abril a 22 de agosto, de diversas maneiras:

- de forma online, no endereço eletrônico: fala.curitiba.pr.gov.br;
- por meio do Fala Curitiba MÓVEL, que é a visita de equipes da Prefeitura em pontos fixos das Administrações Regionais;
- em reuniões presenciais realizadas nos bairros, de 09/06 a 11/07;
- nas Consultas e Debates Públicos presenciais finais de 18 a 22 de agosto.

Todo o detalhamento de onde e quando o cidadão pode participar está divulgado no site do programa Fala Curitiba (fala.curitiba.pr.gov.br):

Palácio 29 de Março, 31 de março de 2025.

Eduardo Pimentel Slaviero
Prefeito de Curitiba

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIBAGI
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Autorizo a proceder-se a contratação, conforme parecer jurídico nº 044/2025, nos termos abaixo descritos:

INEXIGIBILIDADE Nº 014/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADA: ANNALY SCHEWTSCHIK -COACH EDUCACIONAL

CNPJ: 32.574.549/0001-86

VALOR: R\$ 196.589,97

Tibagi, 28 de março de 2025
RILDO EMANOEL LEONARDI
Prefeito Municipal

TRIBUNA

QUER ANUNCIAR?

SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO E NO DIGITAL

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRAGÉDIA FAMILIAR

Pai morre afogado ao salvar a vida do filho na Represa do Capivari

Gustavo Marques
gustavomarkes@tribunadoparana.com.br

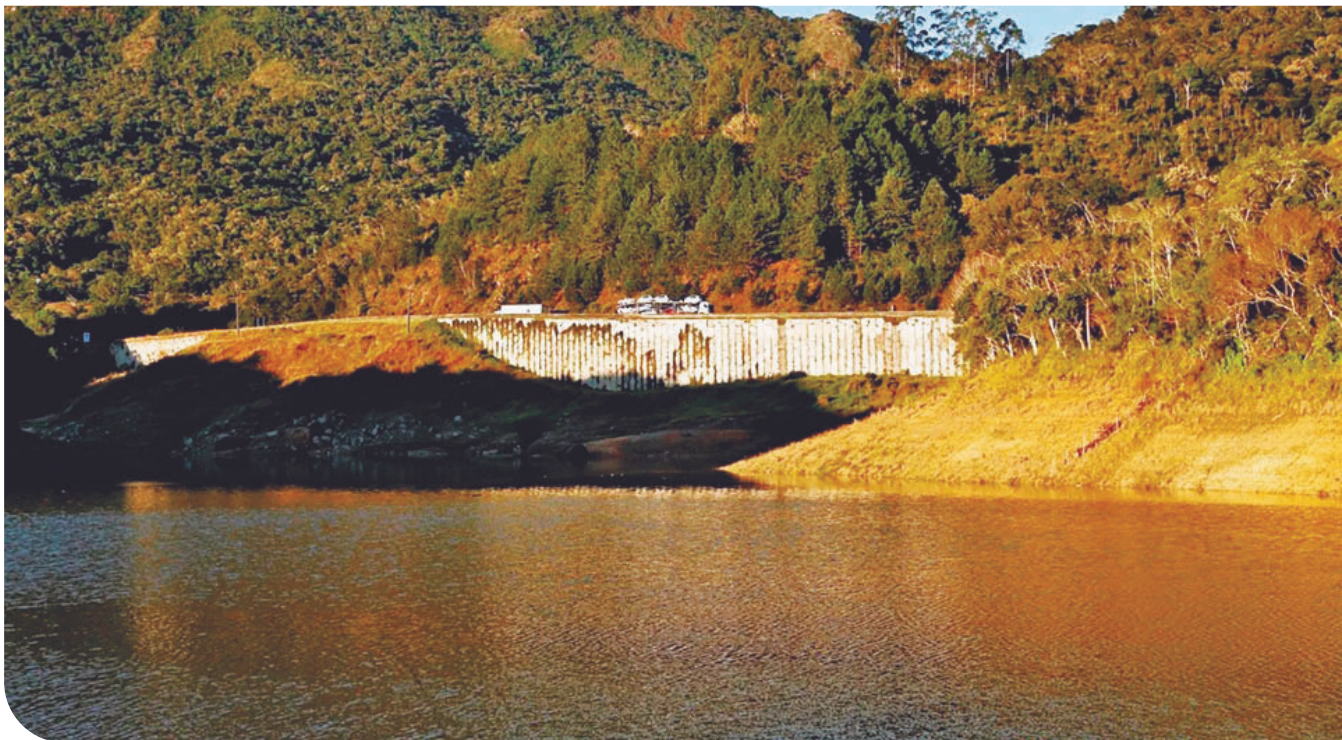
Uma tragédia familiar aconteceu ontem à tarde na Represa do Capivari, em Campina Grande do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Um pai pulou na água para salvar o filho e acabou morrendo afogado.

De acordo com o Corpo de Bombeiros, a ocorrência aconteceu um pouco depois das 15 horas. Conforme relatos de testemunhas, um pai se lançou na água na tentativa de salvar o filho, de 19 anos, que estava se afogando. Ao chegarem ao local, os bombeiros encontraram o filho em segurança, à beira da represa, cercado por pessoas que prestavam auxílio. Já o pai, de 52 anos, teve a morte confirmada após buscas. Ele ficou submerso por uma hora.

O filho, socorrido com grau 3 de afogamento – uma situação grave –, foi encaminhado para o Hospital Angelina Caron.

No litoral

Três casos de afogamentos foram registrados ontem à tarde no Litoral do Paraná. Em um dos casos, os bombeiros se-



Albari Rosa/Arquivo

guem fazendo buscas.

Segundo o Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas (BPMOA), um homem de 23 anos ficou 20 minutos submerso no Balneário Albatroz, em Matinhos. Com manobras de reanimação e intubação, a vítima foi aerotransportada

até Paranaguá, em estado gravíssimo. Ainda no mesmo balneário, uma vítima ainda está desaparecida. Bombeiros devem continuar as buscas hoje.

Criança de 11 anos se afoga em Matinhos

Já no Balneário Gaivotas,

também em Matinhos, um menino 11 anos, teve uma crise convulsiva no raso, e se afogou. A vítima está consciente e precisou de oxigênio. A criança foi atendida pela tripulação do Falcão 08 e, após estabilizada, foi aerotransportada até Paranaguá.

FALECIMENTOS

Jerçon Reis Sant'Ana, 66 anos, sepultamento hoje, no Crematório Luto Curitiba (F.R.Grande).
Luiz Roberto Brito Bueno, 39 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Jardim Independência (Araucária).
Wilson Rodrigues de Matos, 49 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque São Pedro.
Evony Ceschin, 97 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.
Nilda Amorim de Jesus, 86 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Santa Cândida.
Valdeci Tagliamento de Oliveira, 69 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque Senhor do Bonfim (S.J.Pinhais).
Yuskenier Quesada Mendez, 30 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Santa Cândida.

Milton César Silva Catharino, 56 anos, sepultamento hoje, no Crematório Luto Curitiba (F.R.Grande).
Mauri de Mari, 82 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vaticano (Alm. Tamandaré).
Caio Gabriel Fernandes, 34 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque Senhor do Bonfim (S.J.Pinhais).
Amadeus da Cruz, 73 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Marmeleiro (Alm. Tamandaré).
Manoel Moreira Lopes, 70 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Santa Cândida.
Emanuelly Soares de Souza, 2 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Paroquial do Abranches.
Maria Kozlik de Godoi, 75 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal de Faxinal.

Noah de Jesus Bueno, 1 ano, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Boqueirão.
Carlos Augusto Antunes, 64 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Luterano de Curitiba.
Pedro Adão de Andrade, 61 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Santa Cândida.
Zorvina Pires Barbosa Castanha, 84 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.
Manoel Ezequiel Jorge, 63 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Santa Cândida.
Lucas dos Santos Bueno, 25 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.
Nair Putrique Sales, 76 anos, sepultamento hoje, no Cemitério São Benedito.
Justino Tuchaki, 61 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.
Maicon de Lima Nunes, 19 anos, sepultamento hoje.



ATAS E EDITAIS

Acesse pelo link
www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/

PACKEM PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ n. 57.551.287/0001-65 Aviso aos Acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos acionistas da Companhia os documentos de que trata o artigo 133 da Lei n. 6.404 de 15/12/1976, relativos ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e estão disponíveis para consulta e análise na sede da Companhia, localizada na Avenida do Batel, n. 1550, Sala 1004, bairro Batel, no município de Curitiba/PR, CEP 80.420-090.

Curitiba, 31 de março de 2025. Atenciosamente, a
Administração.

PACKEM WEEN S.A. CNPJ n. 44.909.130/0001-17 Aviso aos Acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos acionistas da Companhia os documentos de que trata o artigo 133 da Lei n. 6.404 de 15/12/1976, relativos ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e estão disponíveis para consulta e análise na sede da Companhia, localizada na Rua Alfredo Constantino Moro, n. 362, bairro Cidade Industrial, no município de Curitiba/PR, CEP 81.260-430.

Curitiba, 31 de março de 2025. Atenciosamente, a
Administração.

Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo jornal
Tribuna do Paraná